

O processo de desestatização e privatização das empresas públicas não é característica específica dos países que no passado optaram por economias centralizadas e planificadas e, muito menos, deste ou daquele país. Este processo pode ser verificado quer em economias de mercado, de países desenvolvidos ou não, quer nos antigos países socialistas. Em África, o peso do Estado na vida económica dos países sempre foi bastante elevado. No caso de Angola, por razões semelhantes a outros países africanos e por consequência da sua opção política e económica após a independência, o papel atribuído à actividade e iniciativa privada foi pequeno para não se dizer nulo.

Actualmente, Angola vive um processo de transição política e económica, onde o multipartidarismo e a economia de mercado deverão ser os pilares de estruturação e funcionamento do país.

Assim sendo, merece atenção o contexto de emergência e desenvolvimento da nova classe empresarial nacional e o papel que o processo de privatização do património estatal aí desempenha. Um contributo para a análise deste fenómeno é o objectivo central deste artigo.

«Nomenklatura» petrolífera e economia «rent-seeking»

No regime político monopartidário que caracterizou a vida política angolana até 1991, a camada dirigente e gerencial encontrava-se organizada formalmente no partido único - o MPLA/PT -, gravitando à sua volta e com o seu beneplácito um bom número de responsáveis por diversas áreas da vida económica, social e cultural do país.

A necessidade de controlar todos estes sectores, aos quais se devem acrescentar os da segurança e militar (garante da «tranquilidade» da ordem interna) e o sindical (garante da «estabilidade» laboral e, indirectamente, social), tornaram o partido único uma figura omnipresente (muitas das vezes mais por definição do que efectiva), o que lhe conferiu uma posição de controlo e mando sobre as próprias estruturas governamentais, quer a nível nacional quer provincial.

Esta camada dirigente própria deste tipo de regimes políticos pode adequadamente ser chamada de *nomenklatura*. Simultaneamente, do ponto de vista económico, a imposição de uma economia centralizada e planificada, foi dando corpo a uma direcção administrativa e burocrática que determinou o seu modo de funcionamento.

Deste modo e num contexto de degradação anual da situação económica e militar interna, o sector dos petróleos foi desempenhando um papel crescente, passando a dar o principal contributo para a formação do PIB e a ser a principal fonte de aquisição de divisas e de obtenção de receitas fiscais.

Numa economia assim caracterizada, com mecanismos de funcionamento interno altamente administrativos e discricionários, abriu-se a porta para

a imposição de uma economia *rent-seeking*¹ sustentada na existência de um forte sector petrolífero. A combinação e articulação das esferas de mando político e económico levam-nos, assim, a caracterizar a já referida camada dirigente e gerencial do país como uma *nomenklatura* petrolífera².

A consolidação da «nomenklatura» petrolífera

A utilização abusiva do património e recursos do Estado tende a ser mais atractiva e facilitada em regimes autoritários, onde o controlo da acção da *nomenklatura* é praticamente inexistente na ausência de mecanismos e formas institucionais para prevenir aquela prática.

A centralização dos recursos económicos nas mãos do Estado, aliada a um forte carácter intervencionista conduz, normalmente, a sistemas onde a afectação de recursos, subsídios e transferências e a distribuição de bens e serviços se processa através duma acção coerciva do Estado. Nesta situação está aberta a porta para o início da prática da corrupção, devendo-se entender esta não apenas pelo seu lado legalista (uso ilegal da administração pública para obtenção de ganhos privados³ ou, por outras palavras, apropriação privada em larga escala dos recursos através da utilização dos poderes coercivos do Estado), mas também pelas práticas de nepotismo, venalidade ou suborno ou outras formas menos malignas como sejam o absentismo, acumulação de cargos ou falta de dedicação⁴.

A situação que se desenvolveu em Angola, com a criação e o abuso na utilização de mecanismos e regras administrativas (normalmente normas e regulamentos excessivos e arbitrários), desvirtuou o carácter concorrencial da sua economia, reforçou o papel da burocracia em todos os domínios e níveis da vida do país, tomando tudo mais moroso e necessitando de autorizações sucessivas. Quando a isto se associa uma rarefacção sucessiva dos recursos do país e, nomeadamente, uma dificuldade crescente no acesso e utilização de divisas⁵, então estão criadas as condições para o arbítrio e a corrupção, elas próprias indispensáveis, por seu turno, para a criação de redes clientelares: a luta para obtenção de BRI's (Boletins de Registo de Importações) e de plafonds cambiais é, seguramente, o exemplo paradigmático do modo como empresas e serviços públicos em consonância com a administração pública (nomeadamente os respectivos Ministérios de Tutela, o de Finanças, o do Plano e o do Comércio Externo) e o BNA (Banco Nacional de Angola) criaram verdadeiras burocracias organizadas hierarquicamente para garantir o seu acesso e regularidade⁶.

Subsídios ao consumo e transferências para equilibrarem as contas deficitárias da maior parte das empresas estatais, recorrendo ao orçamento de Estado que por sua vez se financiava, sem qualquer controlo e disciplina, através da simples criação de moeda, contribuíram

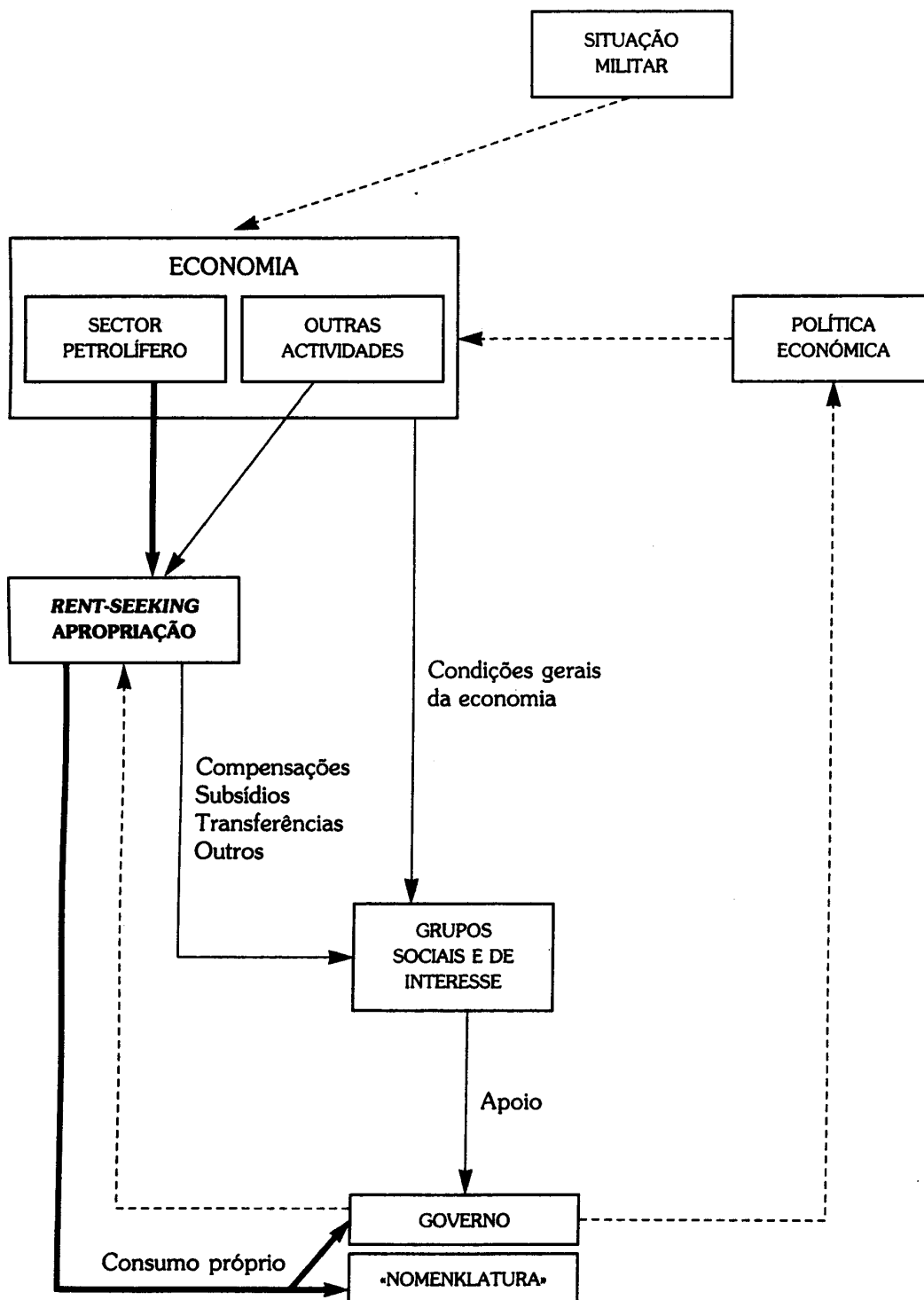
para manter artificialmente o nível de preços oficial e garantir o emprego, mas criando ao mesmo tempo graves distorções económicas e alimentando o processo inflacionista e a degradação do nível de vida da sua população.

Este Estado rent-seeking, onde a corrupção⁷ (no seu sentido mais lato) acompanha, em sentido inverso, a degradação da situação económica e política interna, espalha-se paulatinamente através de todas as actividades e sectores, cria as suas próprias externalidades em rede (network), o que permite sucessivamente a sua expansão⁸, facilitada pela concentração do poder político que permite «tentativas irresistíveis de *rent-seeking* ou a utilização para os seus próprios fins da distorção dos mecanismos de mercado»⁹.

No entanto, e na perspectiva da sua manutenção no poder, a *nomenklatura* petrolífera teve de distribuir parte dos benefícios recolhidos da sua situação de rent-seeking pelos restantes grupos sociais do país, de modo a garantir um mínimo de estabilidade social e apoio político necessários para enfrentar a delicada situação interna (económica e militar.) Esta situação pode ser sintetizada na Fig. 1¹⁰.

A política económica da responsabilidade do governo (e do partido único, MPLA/PT) influencia a economia do país, o mesmo acontecendo com a situação militar. As alterações que se verificam no estado geral da economia têm um determinado impacto e determinam as condições de vida dos diferentes grupos sociais. Estes, por seu lado, aumentarão ou diminuirão o seu apoio relativamente ao governo e ao MPLA/PT conforme sintam as variações no seu nível de vida e atribuam toda ou parte desta responsabilidade ao governo/partido.

Fig. 1 Interdependência político-económica numa economia *rent-seeking* petrolífera: Angola num regime de economia centralizada e de partido único e em situação de guerra (1975-1991)



O governo desempenha, agora, um papel fundamental: apropria-se da renda petrolífera e distribui-a

a) pela *nomenklatura* para lhe assegurar um determinado e elevado padrão de consumo, normalmente ostentatório e acompanhado de mordomias (acesso a viaturas do Estado, a divisas ao câmbio oficial, a viagens ao estrangeiro, ao pagamento de despesas de saúde e de educação dos seus filhos no estrangeiro, à aquisição de produtos em lojas especiais ou de pagamento em divisas, etc.);

b) pelos diferentes grupos sociais, de modo a garantir um mínimo de estabilidade no seu nível de vida e receber daí o seu apoio (subsidiando os preços dos produtos de consumo básico, a educação e a saúde; atribuindo bens materiais — rádios, televisores, motorizadas, etc. — aos trabalhadores destacados ou concedendo *plafonds* diferenciados em divisas às diferentes categorias sócio-profissionais — nomeadamente funcionalismo público — para consumo de produtos essenciais).

Em jeito de balanço parece poder afirmar-se que este quadro funcionou razoavelmente bem (à custa da criação de graves desequilíbrios e distorções económicas) no que foi ajudado paradoxalmente pela situação militar existente, ou seja, a atribuição de responsabilidades feita pelos diferentes grupos sociais ao governo/partido pela degradação dos seus níveis de vida é compensada pela atribuição de responsabilidades à situação de guerra vivida no país, tornando assim exógeno à política económica do governo um problema de cariz endógeno (como mais tarde se veio a demonstrar).

A adaptação à mudança

As referências feitas ao processo de redimensionamento e de privatização assumem um papel central na análise da reconversão económica da *nomenklatura* petrolífera angolana em virtude das suas expectativas e cenários quanto à sua sobrevivência futura (económica mas também política). Num país onde a economia se encontrava nas mãos do Estado, a perspectiva do desmantelamento do sistema económico e político antigo cria um vazio ao qual se tem de procurar dar resposta. Os anos de 1991-1992 são anos de transição para a adaptação definitiva por parte da *nomenklatura rent-seeking* às novas condições (economia de mercado com a consequente liberalização da actividade económica, desregulamentação e diminuição do peso do Estado na economia) que se esperava virem a caracterizar o período pós-eleitoral de Setembro de 1992 (II República).

No entanto, aquela adaptação não se faz sem algum pânico. O receio de que a possibilidade de manter a estratégia *rent-seeking* iria diminuir com a instauração da participação política multipartidária na vida do país¹¹ e com a necessidade de impor uma maior transparência na utilização dos recursos públicos traduziu-se, na prática, por dois movimentos: um primeiro, tendente a ter acesso ao património estatal (empresas

industriais e agrícolas, lojas de comércio e serviços, terrenos, casa, etc.), preparando a sua sobrevivência acontecesse o que acontecesse após as eleições e um segundo, mais catastrofista, baseado na consideração de que a situação não tinha esperança, enveredando-se, assim, pelo consumo desenfreado (estratégia «après moi le déluge»¹²) contribuindo para um aumento e generalização da prática da corrupção e suborno.

Esta apreciação da situação futura, por parte da nomenklatura, veio a demonstrar-se não ter grande razão. Ou seja, à pergunta «perante uma crescente evidência relativamente à natureza disfuncional da maior parte do dirigismo (planeamento socialista) dos países do Sul, por que razão há relutância em alterar as suas políticas económicas?», parte importante da resposta encontra-se no elemento claro e evidente do saque que as políticas rent-seeking permitem¹³, o que conduzi-la-ia a resistir à mudança. E resistiu até 1991 quando a irreversibilidade de evolução e alteração da situação se apresentou como inevitável.

No entanto, e como se veio a verificar tal como se havia constatado no Senegal ou na II República na Nigéria, as políticas e práticas derivadas da estratégia rent-seeking podem acomodar-se bastante bem ao ambiente de pluralismo político, sendo que aquela talvez não aumente (na presença de uma imprensa livre e de partidos políticos prontos a denunciar as situações mais escandalosas), mas seria (será) ingénuo pensar-se que estas práticas decresceram (decrescerão) dramaticamente¹⁴.

Bases jurídicas do processo de redimensionamento estatal e privatização
A abertura política e económica que acabou com o regime de partido único e com a economia centralizada e planificada ocorre de modo decisivo nos anos de 1991 e 1992.

Do ponto de vista político, é em 1991 que se publica a Lei dos Partidos Políticos permitindo a sua legalização ao mesmo tempo que é assinado o Acordo de Paz entre o Governo/MPLA/PT e a UNITA, em Bicesse (Portugal) no mês de Maio. No ano de 1992 realizam-se pela primeira vez eleições legislativas multipartidárias para formação de uma Assembleia Nacional. Do ponto de vista económico, a instauração de uma economia de mercado é explicitamente assumida pelo partido único no seu II Congresso Extraordinário (Abril de 1991) e o governo irá começar a legislar as bases fundamentais para o seu funcionamento.

Contudo, do ponto de vista económico (bem ao contrário do que se passou no plano político) este processo tem um claro indício de começo a partir de 1987, ano em que é apresentado o Programa de Saneamento Financeiro (SEF)¹⁵. A correcção dos desequilíbrios económicos é o centro deste programa. A morosidade com que se produz a legislação entre 1987 e 1991 é um sinal evidente das resistências à mudança que então existiam. Não surpreende, assim, que em 1988, a par de legislação tendente à abertura económica se tenha publicado, por exemplo, a Lei da Planificação (Lei n.º 18/88).

No conjunto de todas as medidas que eram preconizadas no SEF, uma delas — o redimensionamento do sector empresarial do Estado — assume (deveria assumir) uma elevada importância estratégica e que pode ser resumida na seguinte afirmação: «O fenómeno (o redimensionamento)... insere-se numa procura de máxima eficiência económica... que, além da privatização de empresas, engloba a reforma das empresas estatais, a maior liberalização da economia, o levantamento de barreiras legais à iniciativa privada em certos sectores de actividade e a desregulação de outros sectores»¹⁶.

O processo de redimensionamento tem as suas primeiras bases legislativas no Dec. 32/89 de 15 de Julho que define os princípios fundamentais, as regras e critérios que presidem ao seu processo, bem como as etapas, o papel e atribuições dos diferentes órgãos de Administração Central e Local do Estado na preparação, decisão e execução de todo o processo, no Dec. 34/89 de 15 de Julho sobre as regras e procedimentos no que se refere às pequenas unidades económicas e no Dec. 36/89 de 22 de Julho que criou e delimitou as funções do GARE (Gabinete de Redimensionamento Empresarial) como um órgão dependente do Ministro do Plano¹⁷. Este processo teve a acompanhá-lo a tomada de medidas respeitantes quer ao investimento estrangeiro (Lei n.º 13/88 de 16 de Julho e Dec. 1/90 de 8 de Janeiro) quer à política de privatização. Neste último caso, aparecem como suportes legais o enquadramento da Lei 10/88 (Lei das Actividades Económicas), o Dec. 32/89 acima referido, o Dec. 9/91 de 20 de Abril e o Dec. 8-F/91 de 16 de Março, cujos objectivos eram os de adequar e reajustar as UEE (Unidades Económicas Estatais) bem como transferi-las para o sector privado ou criar formas de associação entre o Estado e os privados. Finalmente, a Lei das Privatizações acaba por ser publicada (Lei n.º 14/94 de 31 de Agosto de 1994) revogando toda a legislação anterior que a contrarie, após ter sido aprovada na reunião plenária extraordinária da Assembleia Nacional realizada no mês de Julho, sob intensa polémica. Ali é estabelecido o quadro geral das privatizações das empresas, participações sociais e outros patrimónios do Estado.

Redimensionamento e privatização: um balanço

Actualmente, a reconversão económica da *nomenklatura*¹⁸ está praticamente feita: no plano ideológico e político a aceitação do funcionamento de uma democracia (com limitações) mostrou não ser incompatível com a manutenção do seu estatuto social e económico. Não era necessariamente o autoritarismo o único garante dessa situação privilegiada, do mesmo modo que a aceitação das regras de funcionamento de uma economia de mercado mostrou ser igualmente compatível com a manutenção daqueles privilégios.

O balanço que se pode fazer deste percurso tem muito a ver com o processo de redimensionamento e privatização estatal, o qual tem vindo a alienar o seu património, forma básica e instrumento decisivo na reconversão e consolidação da antiga *nomenklatura* (unida essencialmente por fidelidades e laços partidários) em nova camada dirigente no país, a qual, embora não dispensando os favores que a utilização da administração e dos recursos públicos ainda lhe permitem, se prepara para, a prazo, fundamentar e exercer o seu poder e influência (económica e política) baseado na propriedade privada. Vejamos, então, o balanço daquele processo¹⁹:

Quadro 1 Redimensionamento e privatização estatal (até Abril de 1994)

Processo seguido	Número	%
Com tramitação legal	95	32,0
Unilateralmente, onde	201	68,0
Órgãos de tutela	66	32,2
Governos provinciais	135	45,8
Total	296	100,0

Quadro 2 Redimensionamento e privatização estatal (até Abril de 1994)

Tipo de empresa	Número	%
Pequena dimensão, pequena actividade económica e outros activos (meios de transporte e embarcações)	204	69
Outras	92	31
Total	296	100

NOTA: Devido a processos de consolidação realizados na I República, a maioria das empresas estatais integravam várias unidades de produção, pelo que as duzentas e noventa e seis empresas objecto de redimensionamento e privatização correspondem a mais de mil unidades.

Quadro 3 Redimensionamento e privatização estatal (até Abril de 1994)

Organismo	Modalidade	1991-1992	1993-1994
Ministério das Finanças	Concurso público ou limitado	60%	75%
	Ajuste directo	40%	25%
Órgão de tutela e governos provinciais	Concurso público ou limitado		40%
	Ajuste directo		60%

Cerca de 68% dos casos (Quadro 1) foram conduzidos irregularmente em virtude de decisões unilaterais dos órgãos de tutela (32,2%) ou por responsabilidade dos governos provinciais (45,8%) que executaram o redimensionamento de empresas cuja competência cabia aos órgãos de tutela e Ministério das Finanças²⁰. Ao invés, apenas 32% dos casos seguiram a sua tramitação legal.

Por outro lado, verifica-se que têm sido maioritariamente as empresas de pequena dimensão e actividade económica (Quadro 2) as empresas já redimensionadas e privatizadas, atingindo 69% daquele total. Quanto à modalidade como se tem processado o redimensionamento e privatização (Quadro 3), verifica-se que o ajuste directo atingiu 60% dos casos, via órgãos de tutela e governos provinciais nos anos de 1993 e 1994, enquanto através do Ministério das Finanças essa modalidade foi utilizada em 25% (contra 40% nos anos de 1991 e 1992).

Um dos problemas do ajuste directo na política de redimensionamento e privatização estatal é o de que encobre, na maior parte dos casos, situações de favorecimento pessoal, familiar ou partidário, permitindo passar património do Estado anteriormente gerido de forma ineficiente para novas mãos que nada indica sejam mais eficientes.

Este processo torna-se menos sujeito a controlo à medida que se sai para outras províncias fora de Luanda pois aí os mecanismos de denúncia e pressão são menos eficazes. Sabe-se que a maior parte das empresas agrícolas foram alienadas a favor de militares, o que é um sinal de recompensa pelos «serviços prestados». Calcula-se que para as outras situações exista igualmente uma motivação política por detrás, o que permite alcançar em simultâneo dois objectivos: criar uma classe empresarial nacional e alargar a base social e económica de apoio ao actual partido maioritário.

Relativamente a este último aspecto, refira-se que as cerca de mil unidades privatizadas e as cerca de mil e quatrocentas outras unidades que se prevê alienar correspondem, grosso modo, à criação de mais de dois mil potenciais empresários cujo futuro passa, na esmagadora maioria dos casos, pela possibilidade de aceder ao crédito fornecido pela banca. Em termos de número de empresas envolvidas, o redimensionamento atingiu essencialmente empresas agrícolas (45% do total, onde 10% se referem a actividades agrícolas e 35% a empresas de

café), industriais (30%) e de pescas (13%). Em termos de valor alienado à indústria correspondem 68% do total, às pescas cerca de 21%, ao comércio 6%, à agricultura 0,36% e às empresas de café apenas 0,15%²¹.

Quanto ao valor médio das alienações, o Quadro 4 sintetiza esta vertente:

Quadro 4 Valor médio das alienações do património estatal

	Em NKwanzas	Em USD de Junho 1992	Em USD de Junho 1993	Em USD de Junho 1994
Agricultura	42 881 170	22 870	1 844	178
Indústria	2 700 356 590	1 440 190	116 144	11 251
Comércio	1 405 014 570	749 341	60 430	5 854
Total (17 sectores)	1 200 114 741	640 061	51 617	5 000

Fonte: Barreix (1994) para a coluna em NKwanzas. As colunas valoradas em USD foram calculadas pelo autor a partir das seguintes taxas de câmbio NKz/dólar no mercado paralelo: Junho 1992 = 1875; Junho 1993 = 23250 e Junho 1994 = 240000.

Na ausência de dados pormenorizados que situem cada privatização pelo mês e ano respectivo, acrescentámos ao quadro anterior as colunas do valor médio das alienações em dólares, tendo em conta que se sabe que 30% delas foram efectuadas em 1992, 30% em 1993 e 40% em 1994²². Uma questão que actualmente tem sido objecto de grandes críticas respeita à forma de pagamento destas empresas privatizadas as quais, pelo facto de serem avaliadas em moeda nacional e de se permitir pagá-las num prazo de cinco anos, vêem o seu preço real bastante depreciado. Esta situação acarreta grandes prejuízos para o Estado e claros benefícios para muitos dos futuros detentores do património estatal privatizado:

- em primeiro lugar, ao permitir pagar em prazos dilatados e ao não indexar o valor patrimonial à evolução da taxa de câmbio face ao dólar, premeiam-se todos aqueles que se encontram nesta situação²³ e depauperam-se as receitas orçamentais arrecadadas, em termos reais, em resultado da elevada inflação interna;
- em segundo lugar, grande parte dos interessados na alienação patrimonial, não dispendo de imediato da totalidade das somas em NKwanzas, tiveram de recorrer ao crédito bancário (em moeda nacional) para efectuar um pagamento em «cash», estando a ser premiados pela desvalorização elevada e constante da moeda nacional. Este benefício, dadas as limitações de crédito à economia por parte da banca comercial e do BNA, deve ter conduzido, certamente, a uma grande disputa pelo seu acesso, o que claramente beneficia aqueles que no passado próximo já dominavam este tipo de circuitos e conhecimentos;
- em terceiro lugar, dado que a moeda de pagamento do património privatizado é o NovoKwanza, a utilização do dólar no mercado paralelo

para compra de moeda nacional permitiu poupar (aos novos proprietários) o diferencial de câmbio entre o mercado oficial e o paralelo²⁴. Daí que, no Quadro 6, se tenha utilizado esta última taxa de câmbio. Mas esta questão não se fica por aqui. Neste caso como no anterior, a disputa pelo acesso a dólares à taxa de câmbio oficial, só possível a alguns, permitiu certamente grandes negócios quer para quem lida no circuito oficial da utilização do dólar quer para os pretendentes à privatização. Curiosamente, este processo de privatização não se tem feito sem que algumas resistências e críticas lhe tenham sido dirigidas. O problema da política de redimensionamento e privatização acabou mesmo por ser suspenso pela Assembleia Nacional a partir de 1 de Abril de 1994 face às críticas que aí se levantaram quer por parte de alguns membros do partido no poder (MPLA), quer pela oposição parlamentar (UNITA, FNLA, PRS, PLD, PAJOCA, AD) e extraparlamentar, quer ainda por vozes e meios utilizados pela insípida sociedade civil angolana. A descoordenação no processo (derivado da existência de múltiplas competências), a falta de isenção e de transparência (particularmente nos casos decididos unilateralmente e por ajuste directo), a falta de apoio financeiro, alentidão do processo e a fraca capacidade de atracção dos investidores estrangeiros são as principais debilidades apontadas num estudo efectuado pelo GARE (Gabinete de Redimensionamento Empresarial)²⁵, órgão dependente do Ministro das Finanças e destinado a apoiar tecnicamente, neste processo, a actividade dos vários órgãos da administração central e local do Estado. A falta de transparência do processo, onde o ajuste directo abre porta para a arbitrariedade na alienação e aquisição do património estatal, tem sido uma das críticas mais ouvidas. No entanto, nem mesmo o concurso público tem passado incólume: «não é a realização de concursos públicos que, só por si, garante a transparência de todo o processo. Aliás, há concursos públicos realizados e que por estarem viciados foram anulados pelas entidades competentes»²⁶.

Privatização e formação da classe empresarial nacional

Num país que transita de uma economia centralizada e planificada para uma economia de mercado, em que o sector público representava mais de 60% da produção e 70% do emprego no sector industrial e onde a actividade privada era desestimulada em qualquer ramo da actividade económica, a emergência do empresário privado é uma questão fundamental para o funcionamento e consolidação do novo sistema económico. A formação da classe empresarial angolana, está, assim, a dar os seus primeiros passos. Não é uma tarefa fácil nem tão-pouco de curto e médio prazo. É óbvio que o primeiro passo terá de ser a detenção da propriedade privada e esta aparece ou pela criação de empresas novas ou pela aquisição de empresas já existentes (empresas estatais).

Tanto num como noutro caso, a questão do financiamento irá colocar-se. O acesso ao crédito (em moeda nacional e em divisas) torna-se fundamental para garantir o seu funcionamento. Mas para além deste problema outros existem e que só o tempo ajudará a ultrapassá-los: falta de experiência de gestão empresarial, de conhecimento e actuação no mercado, dificuldade de contratar recursos humanos qualificados, existência de factores exógenos à empresa e que condicionam a sua actividade (por exemplo, fornecimento de energia, água e transportes), etc.²⁷. A análise do registo de empresas criadas (Quadro 5) revela bem a dificuldade de dispor de capitais para promover o nascimento de actividades ligadas à indústria, agricultura ou construção. Ao invés, é a actividade comercial a que polariza o registo da criação de empresas, o que é explicado por pelo menos três factores:

- necessitar de menores capitais para dar início à sua actividade;
- regularizar juridicamente uma situação «de facto» que existe desde há alguns anos, a saber, a actividade no mercado paralelo;
- ser uma actividade de rápido e elevado retorno do capital investido e de poder contar com o apoio de parceiros estrangeiros²⁸.

Quadro 5 Registo geral de empresas criadas

	1993		Jan./Set. 1994	
	Número	%	Número	%
Comércio, onde	820	60,6	359	67,8
Grossista	634	46,9	315	60,3
A retalho	186	13,7	44	7,5
Transportes	58	4,3	10	1,7
Hotéis e Restaurantes	46	3,4	13	2,2
Agricultura	27	2,0	27	4,6
Indústria	67	4,9	24	4,1
Construção	69	5,1	39	6,7

Fonte: INE (1994).

Quanto à aquisição de empresas já existentes (empresas públicas), merece atenção a questão relativa a quem tem beneficiado do processo de redimensionamento e privatização estatal? A resposta parece não oferecer grandes dúvidas que a rede clientelar montada anteriormente pela *nomenklatura* seja a principal beneficiária.

Seria injusto, contudo, dizer-se que todos os casos se enquadram aí. Por exemplo, nem todos os aparentados MBO (Management Buy Out), isto é, os ajustes directos realizados a favor dos próprios gestores e trabalhadores, tentando garantir a dispersão do capital e a promoção de uma classe empresarial angolana, têm de obedecer àquela lógica, pois tem de admitir-se a existência de gestores honestos e de forma alguma comprometidos com a anterior *nomenklatura*.

Exemplar da forma como transparecessem as contradições entre a emergente classe empresarial angolana, oriunda em número razoável de anteriores dirigentes e responsáveis do país, é o modo como um dos maiores empresários angolanos²⁹ se insurge contra a imbricada situação de teia de interesses e acesso privilegiado a recursos (no caso divisas para garantir importações) afirmando que «agora que o dólar é extremamente caro em kwanzas, os mesmos directores daquelas fábricas (empresas públicas) que caíram (...) querem adquirir estas unidades (divisas). Eles já sabem trabalhar agora que é caro, e quando era barato não sabiam?»³⁰ ou ainda, «hoje, alguns deles até disfarçados de dirigentes da Associação Industrial de Angola, estão a pedir novamente *plafonds* cambiais»³¹. No mesmo sentido se pode apontar a questionação pública no acesso preferencial à raridade de divisas por parte dos organismos públicos e do sector militar em detrimento dos empresários privados nacionais³². Mas as críticas não se ficam por aqui. Na Assembleia Nacional é afirmado que «aqueles que já têm empresas são os mesmos que continuam a beneficiar das privatizações»³³ e os deputados decidiram que não poderão adquirir acções nas empresas, participações sociais e outros patrimónios a privatizar (quando se trate de ajuste directo ou concurso limitado), os membros do governo em funções e funcionários envolvidos na condução do processo³⁴. O próprio partido maioritário na Assembleia Nacional e que tem as responsabilidades de governação do país (recorde-se que era o antigo partido único), referindo-se à falta de transparência com que tem sido levado a cabo o processo de redimensionamento e privatização estatal, afirma «poder vir a provocar convulsões devido à concentração das empresas redimensionadas nas mãos de uma pequena camada da população»³⁵. Finalmente, a Assembleia Nacional, em Julho de 1994, define o cargo de Alto Comissário Contra a Corrupção³⁶. A falta de dados exaustivos, as afirmações anteriores e a existência de alguns factos públicos ajudam a perceber que a reconversão económica da *nomenklatura* existe, consolida-se, com problemas e contradições é certo, mas mantendo uma característica muito importante e inevitável, isto é, a necessidade de se manter protegida e apoiada pelo Estado, nomeadamente no que se refere ao acesso ao crédito e à disponibilidade de divisas (ao câmbio oficial).

O acesso ao património do Estado privatizado ou a criação de novas empresas envolve nomes da antiga *nomenklatura*, embora seja difícil a sua completa identificação, pois, para além de não existir uma informação transparente, ainda se utiliza o subterfúgio de dar o nome de familiares e

amigos próximos. Mas algumas indicações vindas a público, nomeadamente na imprensa, revelam a intricada *rede* de favores, relações e cumplicidades políticas e pessoais, que envolve, na maior parte dos casos, militantes do antigo partido único: homens fortes da polícia política (DISA)³⁷ e segurança de Estado, ministros³⁸ e vice-ministros³⁹ e ainda militares⁴⁰, pese embora nem toda a antiga *nomenklatura* desfrute completamente de situações privilegiadas⁴¹. Numa sociedade que emerge dum edifício politicamente autoritário e economicamente centrado nas mãos do Estado e conduzido administrativamente, à semelhança e à escala esbatida dos países do Leste europeu, acontece que «o património do Estado é um dos poucos legados positivos (...). O resultado é que há forte resistência à ideia de passá-la às mãos da velha *nomenklatura* – a classe gerencial, ligada por vínculos partidários, que administrava a economia. No entanto, esse grupo é um dos mais ricos, dispondo das melhores informações sobre o valor real das empresas e conexões comerciais para fazê-las funcionar. Há o receio de que a venda de activos no mercado aberto restaure o antigo domínio da *nomenklatura*»⁴².

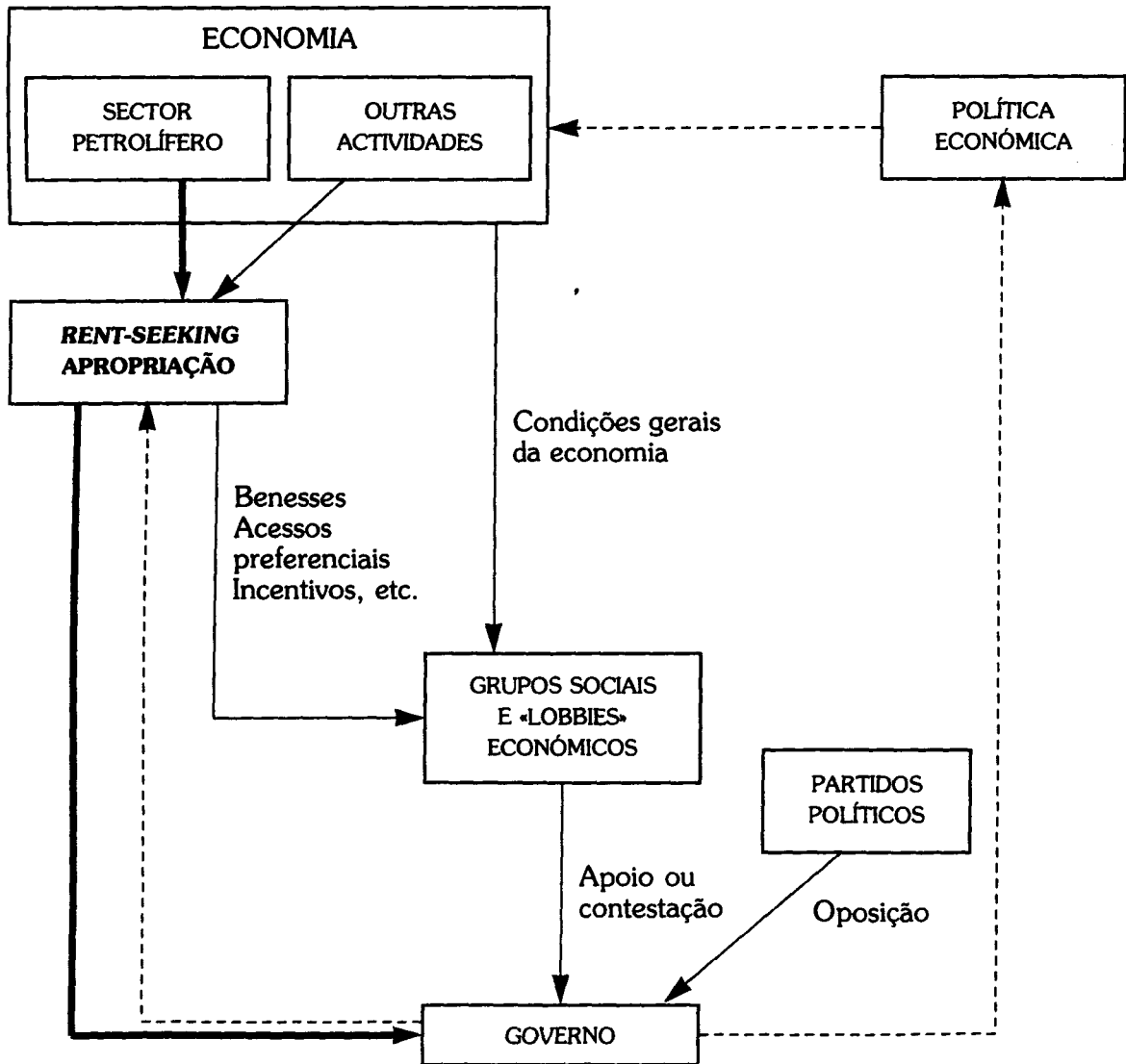
Notas Finais

O processo de privatização angolano ainda está no seu início. Do universo de empresas do sector estatal destacam-se a privatização das pequenas empresas e algumas de média dimensão. No entanto, a redução do sector estatal não impede que o volume de negócios controlado pelo Estado se situe nos 72,7% e que garanta 66,6% do número de empregados⁴³. A par das mais de mil unidades privatizadas, desde a abertura económica de 1991 que alguns milhares de empresas foram criadas e registadas⁴⁴, nomeadamente na actividade comercial.

A criação e desenvolvimento desta nova classe empresarial tem duas origens distintas: aqueles que já desenvolviam alguma actividade no mercado paralelo, sobretudo na área comercial e de transportes e aqueles que durante a 1 República foram dirigentes políticos, responsáveis de empresas públicas ou quadros qualificados da administração pública.

Um dos obstáculos que se coloca ao crescimento e consolidação destes novos empresários respeita ao baixo capital que dispõem e a dificuldade de acesso e disponibilidade de divisas. E assim que aqueles que anteriormente estiveram intimamente ligados ao poder desfrutaram de uma situação privilegiada pois podem contar com o apoio e cumplicidades do governo e da administração pública. Esta aliança parece ser fundamental para o seu futuro, o que é dizer aceder directa e indirectamente aos benefícios oriundos da situação *rent-seeking* petrolífera que tem caracterizado o país. No entanto, a abertura política e económica e a possibilidade de acabar o conflito militar interno, introduzem novos elementos na condução da política económica e social (Fig. 2).

Fig. 2 Interdependência político-económica numa economia *rent-seeking* petrolífera: Angola num regime democrático e de economia de mercado



Quadro 6 Reversão económica da «nomenklatura» petrolífera: Angola (1976-1994)

Período	Período puro	Período de transição e adaptação	Reversão
Ano	1976-1990	1991-1992	1993-1994
FONTES DE FINANCIAMENTO E ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA	RENDA PETROLÍFERA COMISSÕES ACTIVIDADE NO MERCADO PARALELO	RENDA PETROLÍFERA COMISSÕES ACTIVIDADE NO MERCADO PARALELO ACESSO À PRIVATIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ESTATAL	RENDA PETROLÍFERA COMISSÕES ACESSO À PRIVATIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ESTATAL ACTIVIDADE ECONÓMICA PRIVADA E NO MERCADO PARALELO
CARACTERÍSTICAS DE APLICAÇÃO	Consumo improdutivo e ostentatório (manutenção de elevado padrão de consumo), aplicação em bens duradouros (casas e outros bens no exterior, carros, etc.) e aplicação reprodutiva em actividades no mercado paralelo	Consumo improdutivo e ostentatório, aplicação em bens duradouros (no exterior e em Angola, aproveitando as alterações legislativas que isso permitem), aplicação reprodutiva no mercado paralelo e início de consumo produtivo (aquisição de património estatal e desenvolvimento de negócios)	Consumo improdutivo e ostentatório, aplicação em bens duradouros (no exterior e em Angola), actividade no mercado paralelo, aquisição da alienação patrimonial do Estado, abertura de empresas e procura de associação com capitais estrangeiros
SISTEMA POLÍTICO	Monopartidarismo (MPLA/PT)	Multipartidarismo	Multipartidarismo
SISTEMA ECONÓMICO	Economia centralizada e planificada	Transição para uma economia de mercado	Transição para uma economia de mercado

O governo terá agora que contar com uma maior dispersão de interesses económicos e políticos. Os apoios sociais e políticos de que necessita para governar com estabilidade serão fundamentais, o que poderá ser um cenário novo na ausência dum factor encobridor dos seus erros e incompetência passados e desculpabilizador de tudo, ou seja, o fim da guerra.

Neste quadro, poder-se-á vir a assistir a uma conflitualidade de objectivos entre a acção do governo (na óptica da sua manutenção no poder⁴⁵) e os objectivos de crescimento e consolidação da classe empresarial emergente, tendo em atenção que o agente económico Estado concorrerá com o sector privado em diversos domínios, um dos quais fundamental: o acesso ao crédito e às divisas. Ver-se-ão, então, quais as solidariedades entre os novos empresários reconvertidos e o governo/administração pública.

NOTAS

¹ A literatura acerca deste tema é vasta. De acordo com Krueger (1974), quando existem restrições, limitações e controlos impostos pelos governos no funcionamento da economia, esses actos dão lugar ao aparecimento de rendas de diversas formas, o que conduz a uma competição pelo acesso a elas. Às vezes esta competição é legal. No entanto, a procura desta *rent-seeking* toma outras, formas tais como subornos, corrupção, contrabando e mercados negros (paralelos).

² Um desenvolvimento deste tema pode ser encontrado em Ferreira (1995).

³ Theobald (1990), p. 16.

⁴ Ver, por exemplo, Banco Mundial (1991), pp. 149-150.

⁵ Recorde-se que a economia ao longo dos anos passou a viver cada vez mais das importações, não apenas em resultado da quebra da actividade económica nacional mas igualmente em consequência de uma política cambial incorrecta que conduziu a uma sobrevalorização da moeda nacional - Kwanza e posteriormente o NovoKwanza - que desestimulou a produção interna dos bens transaccionáveis.

⁶ Um interessante estudo sobre o funcionamento e consequências de um modelo de *rent-seeking* sob restrições quantitativas no comércio externo (por existência de licenças de importação ou *plafonds* de importação) pode ser encontrado em Krueger (1974).

⁷ De acordo com Harvey (1993), *rent-seeking* é o termo polido para corrupção (p. 141).

⁸ Ver Dey (1989).

⁹ Gourevitch (1993), p. 1272.

¹⁰ Trata-se de uma adaptação nossa ao caso de Angola, recorrendo a uma metodologia de análise político-económica que se pode encontrar particularmente em estudos de Frey e, especificamente para esta situação, em Frey (1992).

¹¹ Situação agravada com a possibilidade de considerar plausível o cenário extremo de que o MPLA poderia perder o poder nas eleições de Setembro de 1992.

¹² Ver Frey (1992), p. 66.

¹³ Lal (1985), p. 753.

¹⁴ Van de Walle (1994), p. 494.

¹⁵ Sobre este programa, as causas do seu aparecimento e os problemas daí decorrentes, ver Ferreira (1990). Sobre os programas que se seguiram até ao fim da I República (Setembro de 1992), ver Ferreira (1992).

¹⁶ Duque (1991), p. 29. Manuel Duque era, na altura, director do GARE - Gabinete de Redimensionamento Empresarial sendo, actualmente, vice-ministro da Indústria.

¹⁷ Duque (1991), pp. 27-28.

¹⁸ Para um desenvolvimento deste tema ver Ferreira (1995).

¹⁹ Os Quadros 3, 4 e 5 foram feitos a partir de elementos fornecidos pelo Gabinete de Redimensionamento Empresarial (GARE) e insertos no *Jornal de Angola*, de 6-7-94 e 8-10-94.

²⁰ *Jornal de Angola*, 8 de Outubro de 1994.

²¹ Barreix (1994).

²² Barreix (1994), p. 126.

²³ Para que se possa ter uma ideia do ganho devido à desvalorização do NovoKwanza face ao dólar, valorámos as alienações do Quadro 6 em grades de cerveja, bem de elevada procura e consumo no dia a dia.

	Junho de 1992	Junho de 1994
Agricultura	1 205	15
Indústria	75 918	937
Comércio	39 502	487

De acordo com o INE, o preço da cerveja era, em Junho de 1992, de 1482 NKwanzas e, em Junho de 1994, de 120 000 NKwanzas.

²⁴ A relação entre estas duas taxas de câmbio era de 3,4 em Junho de 1992, 5,8 em Junho de 1993 e 2,1 em Junho de 1994.

²⁵ *Jornal de Angola*, 8 de Outubro de 1994.

²⁶ *Jornal de Angola*, 6 de Julho de 1994, entrevista com o vice-ministro da Indústria (Dr. Manuel Duque).

²⁷ Elkan (1988) refere que existem três características essenciais e vinculadas no empresariado: capacidade de perceber oportunidades de negócio lucrativas, disposição para agir segundo essa percepção e a técnica de organização que os projectos requerem.

²⁸ A forma como alguns estrangeiros se insinuaram no circuito comercial, só explicável pela existência de cumplicidades ao mais alto nível, tem acarretado ciclicamente acusações e crises mediáticas, a maior das quais ocorreu em Dezembro de 1993 e *que* terminou com a expulsão de alguns comerciantes e outros homens de negócios (ligados a empresas de segurança) de origem libanesa, portuguesa e israelita. Contudo, o fenómeno continua e são muito sintomáticas as respostas dadas numa entrevista pelo ministro do Planeamento e Coordenação Económica, José Pedro de Moraes: «P. - Depois do fenómeno libanês temos agora um fenómeno indianos/senegaleses? R. - Tudo leva a crer que sim. P. - Isso não ameaça a economia do Estado? R. - Ameaça. Não há

xenofobia na atitude do governo. Mas temos que proteger a nossa economia de comportamentos anómalos» (*Jornal de Angola*, 6 de Novembro de 1994).

²⁹ Mello Xavier, deputado do MPLA, cujos interesses empresariais se desenvolveram durante a década de 80 utilizando uma teia de relações pessoais e políticas notável.

³⁰ Entrevista com Mello Xavier, *Jornal de Angola*, 28 de Agosto de 1994.

³¹ Ver nota anterior.

³² Entrevista com o presidente da AIA (Associação Industrial de Angola), José Severino, *Revista Indústria*, n.º 0, Outubro/Dezembro de 1994, p. 13, Ministério da Indústria.

³³ António Muaxicongo, deputado do PRS (Partido da Renovação Social), partido com forte implantação regional nas províncias da Lunda, *Jornal de Angola*, 6 de Julho de 1994.

³⁴ *Jornal de Angola*, 7 de Julho de 1994.

³⁵ Documento da vil Sessão Ordinária do CC/MPLA, Relatório do Bureau Político, de acordo com *Jornal de Notícias*, 20 de Maio de 1994.

³⁶ Para presidente deste órgão foi eleito Roberto de Almeida, deputado do MPLA, membro da sua Direcção, ex-ministro e ex-responsável para a Esfera Ideológica (no tempo do partido único) e considerado politicamente um ortodoxo.

³⁷ Carlos Jorge, oficial da extinta DISA, depois de ter sido reciclado como gestor público de uma das mais importantes unidades industriais do país do ramo têxtil, a Textang, foi nomeado para gestor da Enacma, empresa pública promissora encarregue da montagem de carrinhas, de acordo com *Comércio Actualidade*, n.º 12, 28 de Abril de 1994. Sabe-se, igualmente, que Ludy Kissassunda, ex-director da DISA e ministro da Segurança, ex-membro do Bureau Político do MPLA/PT e ex-Comissário Provincial de Malange, dedica-se à actividade de comércio e agricultura nesta província.

³⁸ Paulo Kassoma (ex-ministro da Administração do Território) e Norberto Santos (ex-ministro da Reinserção Social) são demitidos em 1994 acusados de falta de ética no cumprimento dos seus deveres governativos, pois sendo ambos sócios duma empresa imobiliária, a IMK, da qual também faz parte o actual ministro da Agricultura, Issac dos Anjos, e um importante empresário privado, António Mosquito, utilizavam o tráfico de influências em benefício de empresas umbilicalmente a eles ligadas em concursos e adjudicações de trabalhos nos seus Ministérios (*Comércio Actualidade*, n.º 11, 25 de Março de 1994).

³⁹ Joaquim Russo, antigo vice-ministro da Agricultura, é director-geral da empresa privada luso-angolana Lactiangol, tendo-se empenhado, enquanto membro do governo, para que a fábrica avançasse com a liderança da empresa portuguesa Agropromotora. No Ministério da Agricultura pensa-se entregar a gestão da EAMIL (empresa avícola de Luanda) a uma empresa de um ex-vice-ministro da Agricultura, João Jardim, segundo *Comércio Actualidade*, n.º 12, 28 de Abril de 1994.

⁴⁰ O antigo e actual ministro da Defesa, general Pedalé, e o general Higinio Carneiro, responsável militar pelas negociações entre o governo e a UNITA no Acordo de Lusaca (Novembro de 1994), obtiveram no processo de redimensionamento e privatização estatal, por ajuste directo, uma fazenda de café no Kwanza Sul, o primeiro em Kilumbo e o segundo em Cabuta, pelo valor de 4,8 e 30,5 milhões de Kwanzas, respectivamente (*Jornal de Angola*, 8 de Outubro de 1994).

⁴¹ Armando Dembo, por exemplo, antigo membro do Comité Central do MPLA/PT, ex-Comissário Provincial de Cabinda, Kwanza Sul e Moxico tem instalada uma quinta em Viana (perto de Luanda) desde 1981. A produção agrícola encontra-se praticamente paralisada e embora «necessite do apoio do governo nesta fase crucial», lamenta-se pelo facto de ter «endereçoado em tempos uma carta ao governo e o que aconteceu? Nem uma resposta recebi. E todos os meus pedidos de audiência formulados revelam-se gorados» (*Jornal de Angola*, 5 de Junho de 1994).

⁴² Banco Mundial (1991), p. 162.

⁴³ Entrevista com o vice-ministro da Indústria, *Jornal de Angola*, 6 de Julho de 1994.

⁴⁴ Registaram-se, só em 1993, mil trezentos e cinquenta empresas e, de Janeiro a Setembro de 1994, quinhentas e oitenta e duas empresas, INE (1994).

⁴⁵ Como disse o Arcebispo de Luanda, o Cardeal Alexandre Nascimento, na sua mensagem de Natal, ao apelar ao governo para que «se empenhe mais em servir o povo que em servir-se a si mesmo», *Público*, 26 de Dezembro de 1994.

BIBLIOGRAFIA

Banco Mundial (1991), *O Desafio do Desenvolvimento*, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, Washington.

Comércio Actualidade, n.º 11 (25-3-94), n.º 12 (28-4-94), n.º 14 (13-6-94), Luanda.

DEY, H. Kanti (1989), «The Genesis and Spread of Economic Corruption: a Microtheoretic Interpretation», *World Development*, Vol. 17, n.º 4, pp. 503-511.

DUQUE, M. (1991), «Redimensionamento e Privatização», in *Redimensionamento do Sector Empresarial do Estado Angolano*, Col. Cadernos Económicos Portugal-Angola, n.º 5, pp. 27--39, Ed. CCIPA, Lisboa.

ELKAN, W. (1988), «Empresários e actividade empresarial na África», *Finanças e Desenvolvimento*, Dezembro, pp. 20, 40-41.

FERREIRA, M. Ennes (1990), «A Política de Recuperação Económica na R. P. Angola», *Política Internacional*, Vol. I, n.º 1, pp. 107-132.

FERREIRA, M. Ennes (1992), «Reformas Económicas em Angola», *Studia Africana*, n.º 3, pp. 27-40, Centre D'Estudis Africans, Universidade de Barcelona.

FERREIRA, M. Ennes (1992a), «Despesas Militares e Ambiente Condicionador na Política Económica em Angola (1975-1992)», *Estudos de Economia*, Vol. XII, n.º 4, pp. 419-438, Lisboa.

FERREIRA, M. Ennes (1993), *Angola: da Política Económica às Relações Económicas com Portugal*, Col. Cadernos Económicos Portugal-Angola, n.º 7, Ed. CCIPA, Lisboa.

FERREIRA, M. Ennes (1995), «La Reconversion Économique d'une Nomenclature Pétrolière: le cas de l'Angola», *Politique Africaine*, Association des Chercheurs de Politique Africaine, n.º 57, Março, Paris.

FREY, B. (1992), «The Political Economy of Stabilization Programmes in Developing Countries», *Technical Papers*, n.º 59, OECD, Paris.

-
- GOUREVITCH, P. A. (1993), «Democracy and Economic Policy: Elective Affinities and Circumstantial Conjuncture», *World Development*, Vol. 21, n.º 8, pp. 1271-1280.
- Harvey, C. (1993), «Recovery from Macro-economic Disaster in Sub-Saharan Africa», in *States or Markets*, Colclough, C. e Manor, J. (ed.), IDS, pp. 121-147.
- HERBST, J. (1990), «The Structural Adjustment of Politics in Africa», *World Development*, Vol. 18, n.º 7, pp. 949-958.
- Indústria*, n.º 0, Outubro/Novembro, Revista do Ministério da Indústria, Luanda, 1994.
- INE (1992), *Angola: Perfil Estatístico Económico e Social*, Ministério do Plano, Luanda.
- INE (1993), *Perfil Estatístico Económico e Social*, Luanda.
- INE (1994), *Registo Geral de Empresas*, Luanda.
- Jornal de Angola*, 5-6-94, 6 e 7-7-94, 28-8-94, 8-10-94, Luanda,
- Jornal de Notícias*, 20-5-94, Porto.
- KRUEGER, A. (1974), «The Political Economy of the Rent-Seeking Society», *The American Economic Review*, Vol. 64, n.º 3, pp. 291-303.
- LAL, D. (1985), «Nationalism, Socialism and Planning: Influential Ideas in the South», *World Development*, Vol. 13, n.º 6, pp. 749-759.
- THEOBALD, R. (1990), *Corruption, Development and Underdevelopment*, Durham, Duke University Press.
- VAN DE WALLE, N. (1994), «Political Liberation and Economic Policy Reform in Africa», *World Development*, Vol. 22, n.º 4, pp. 483-500.